

**Parecer nº 72/97**

Data. 1997.07.24

Processo nº 243

**Requerente:** Director dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

**I - Os Factos:**

Francisco Rodrigues Ribeiro pediu ao Director do Arquivo Nacional / Torre do Tombo, em data que não nos é indicada por estes serviços, a fotocópia de carta datada de 11 de Abril de 1961, arquivada no processo 7051 do Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS, dirigida ao Director da PIDE, da autoria de Manuel Rodrigues Antunes Gameiro, onde este denuncia a actividade política de seus irmãos Garcia Rodrigues Ribeiro e António Rodrigues Ribeiro, por tal facto investigados, tal como o próprio requerente, pela referida polícia.

Francisco Rodrigues Ribeiro conhece o teor da carta, que lhe acarretou prejuízos na sua carreira profissional e vida particular, por a mesma lhe ter sido revelada pela extinta Comissão de Extinção, em 30.9.1980.

**II - O Direito**

1. Já em 12.12.96, a CADA se havia pronunciado sobre o acesso a este tipo de documentos, numa situação em que um requerente, mestrante de história numa universidade portuguesa, pretendia conhecer dois processos individuais, com mais de 50 anos, de ex-funcionários, já falecidos, do extinto INTP, tidos como informadores da polícia política da altura (Parecer nº 87/96, de 12.12.96), embora se devam destacar as especificidades dos casos, sendo certo que naquele, o requerente, mesmo em relação a eventuais dados nominativos, tinha um interesse directo e pessoal justificado pelo facto de estar a preparar uma dissertação de

mestrado essencial à progressão na carreira académica e, de qualquer modo, pelo facto de a acessibilidade na situação concreta já aí ser livre, em face do decurso de meio século após a produção dos solicitados documentos, de acordo com o princípio de limitação temporal máxima dos documentos administrativos, inserto na Lei dos Arquivos - LA)

No caso em apreço, estamos perante documentos sediados na Torre do Tombo, o que nos reporta à legislação dos arquivos públicos, a qual, de qualquer modo, não pode deixar de sofrer adaptações em face da superveniência da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, Lei de Acesso aos Documentos Administrativos - LADA, nos termos já explanados em artigo publicado na Revista do INA, Cadernos de Ciência de Legislação, nº 17 Outubro/Dezembro, 1996, cujas conclusões se repetem agora sumariamente.

Os direitos à comunicação do património arquivístico aparecem previstos no artigo 17º da Lei nº16/93 de 23 de Janeiro, que, conforme se afirmou, tem de ser interpretado tendo presente a posterior publicação da LADA, porque o critério de identificação dos documentos objecto de comunicação está hoje definido no artigo 3º desta, independentemente da questão (resolvida na Lei dos Arquivos) sobre as competências referentes à gestão dos arquivos públicos.

Com efeito, a disciplina da LADA abrange agora todos os documentos com origem ou detidos pela Administração Pública e por certas entidades particulares, que, cooperando com a Administração Pública, desempenhem uma tarefa pertencente à função administrativa.

A interpretação dos diferentes dispositivos legais leva a que o nº 7 do art.º 7 não possa ser lido em termos que interditem a comunicação de documentos que eram acessíveis em fase anterior.

O interesse da Lei dos Arquivos, em matéria de acesso público a documentos, reside na fixação do prazo limite da interdição dos documentos com dados

pessoais (tais como são agora definidos pela LADA) e que é de 50 anos após a morte ou, desconhecida esta, 75 anos após a data da elaboração do documento (parte final do nº 2 do artigo 17º da LA, que mantém aplicação).

**Em conclusão**, a previsão de interdição de documentos referida no nº 2 do artigo 3º da Lei nº 4/91 de 17 de Janeiro, tem hoje de ser interpretada segundo o regime jurídico regulado na LADA quanto aos dados nominativos, com as excepções normais aí previstas para regular o seu acesso a todo o tempo, sem prejuízo da sua abertura total em face do decurso do tempo fixado na Lei dos Arquivos. E também, no que diz respeito à aplicação da Lei nº 4/91 de 17 de Janeiro, referente à Extinção do Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS e LP, o nº1 do seu artigo 3º deve ser interpretado segundo o regime interditador de documentos nominativos da LADA, sem prejuízo da abertura total dos documentos, mesmo com dados nominativos, nos termos gerais da Lei dos Arquivos.

2. No caso em apreço, o acesso do requerente aos documentos com referências a actividades políticas (carta e restante processo) não parece colocar questões de comunicação devido à existência de dados pessoais, quer porque a matéria não os configura, dada a densificação do conceito efectivado na LADA, quer porque mesmo que assim não fosse, quanto àqueles que se lhe referem, sempre lhes teria acesso, e quanto aos dos seus irmãos, independentemente da publicidade já dada aos mesmos no pós-25 de Abril, o seu interesse directo e pessoal - independentemente dos objectivos de reparação jurídica, moral ou social envolvidos no assunto - não padece dúvida: a sua própria vida sofreu com o conteúdo dessa carta. Em face do que, a questão a colocar seria apenas a da necessidade ou não do parecer favorável prévio da CADA e não a do decurso do prazo fixado na LA, que não tem de ser aqui invocado.

**Parecer :**

A CADA é de parecer que a Direcção dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo deve fornecer a Francisco Rodrigues Ribeiro, a solicitada fotocópia da carta dirigida à PIDE, em 11 de Abril de 1961, por Manuel Rodrigues Antunes Gameiro, denunciando actividades políticas eventualmente exercidas por Garcia Rodrigues Ribeiro e António Rodrigues Ribeiro.

Lisboa, 24 de Julho de 1997

*Fernando Condesso (Relator) – José Magalhães – João Figueiredo – Hélio Corvelo de Freitas – José Renato Gonçalves – Branca do Amaral – João Labescat – Armindo José Girão Cardoso (Presidente)*